

# Regionalização da universidade: comparações entre Brasil e Portugal

Ludimar Pegoraro\*

## Resumo

Este texto analisa o processo de regionalização da universidade, fazendo comparações entre Brasil e Portugal. O trabalho procura mostrar aspectos, particularidades, que possibilitam o entendimento da influência, significação local e regional da instituição. As análises são construídas a partir de estudos bibliográficos e de campo. A pesquisa de campo foi feita a partir de entrevistas com pesquisadores portugueses durante estágio sanduíche realizado entre novembro de 2005 a março de 2006, no Centro de Estudos Sociais (CES), Faculdade de Economia (FE), na Universidade de Coimbra (UC), Portugal, sob orientação de Boaventura de Sousa Santos. No Brasil, os estudos foram desenvolvidos durante a realização do mestrado e doutorado que tratam da temática universidade e, também, de experiências nesse segmento há 23 anos. Tomando a sociedade como referência, as universidades, embora submetidas a uma dinâmica de inter-

dependência global, necessitam pensar e atender as expectativas locais/regionais.

*Palavras-chave:* Brasil. Políticas locais/regionais de educação superior. Portugal. Regionalidade da universidade. Universidade.

\* Mestre em Educação pela Unicentro/Unicamp, Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com estágio sanduíche na Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia, Centro de Estudos Sociais. Professor e pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Educação na Uniplac - SC e Uniarp - SC. E-mail: pegoraro@gegnet.com.br

Recebido: 10/05/2012 – Aprovado: 20/07/2012

## Introdução

A universidade é uma instituição social. Isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada.

Marilena Chaui

Esse texto tem a finalidade de analisar aspectos que podem contribuir para o entendimento do papel da universidade numa determinada região. Para elaborarmos essas ideias, buscamos subsídios em trabalhos de pesquisas realizados no Brasil e em Portugal. No Brasil, baseamo-nos em pesquisas que vínhamos realizando, desde o mestrado e, mais tarde, por continuidade, também no doutorado, sobre a educação superior e, mais especificamente, sobre o sistema catarinense de educação superior e, ainda, experiências de 23 anos nesse segmento. Em Portugal, nossas informações são oriundas de pesquisas realizadas através das orientações de Boaventura de Sousa Santos, no Centro de Estudos Sociais (CES), Faculdade de Economia (FE), da Universidade de Coimbra (UC), com pesquisadores portugueses<sup>1</sup> e visitas realizadas nas universidades portuguesas,<sup>2</sup> durante a efetivação de estágio sanduíche, entre novembro de 2005 a março de 2006, aprovado pela Capes,<sup>3</sup> onde realizamos um estudo sobre a relação universidade/sociedade.

Quando analisamos a história da universidade e na efetivação de seus modelos, há aspectos que necessariamente precisam ser levados em conta.

Dentre os aspectos a serem considerados, está a missão da universidade em cada tempo histórico, sua relevância social, o bem que ela trabalha e, necessariamente, na atualidade, sua repercussão regional.

Essas análises ganham sentido e significação, se colocadas num contexto e, por isso, assumem importância nesse nosso trabalho, porém há que se considerar que a ideia de regionalidade da universidade é tão polêmica quanto a ideia de universalização<sup>4</sup> e que, por isso, essas questões precisam ser bem contextualizadas para que tenhamos uma compreensão distintiva do que isso significa. Há aspectos que são necessariamente regionais e há aspectos que não assumem, de nenhuma forma, essa significação. Logo, aspectos como a missão da universidade, relevância social e o bem que ela trabalha, que dão sentido de universalidade à universidade, nós não analisaremos. Aqui trataremos apenas de aspectos que pretendem demonstrar a significação regional da instituição, suas particularidades e não universalidades, embora estejam interligados.

## Comparações entre Brasil e Portugal

Quando comparamos a educação superior entre Brasil e Portugal, necessariamente precisamos fazer uma distinção entre os dois países, exatamente por causa do contexto histórico da instituição, lá e aqui. Analisando a trajetória histórica da universidade, no Brasil e Portugal, observamos que, no Brasil, a instituição universidade, nos moldes

que temos hoje, está se aproximando de um centenário. Porém, antes disso, já existia educação superior, conforme demonstra Oliven:

O Brasil colônia não dispôs de um sistema de ensino superior em seu território. Os estudantes daqui tinham de se deslocar até a metrópole para se graduarem [...]. As primeiras faculdades brasileiras – Medicina, Direito, Politécnicas – foram estabelecidas apenas a partir da transferência da família real para o Rio de Janeiro em 1808 (1990, p. 59).

Em Portugal, a universidade já tem uma trajetória de mais de setecentos anos.<sup>5</sup> Por isso, quando falamos das questões de regionalidade, necessariamente temos de levar em conta esses aspectos. Ao nos referirmos à questão da regionalização da educação superior em Portugal, necessariamente temos de considerar apenas os últimos trinta anos de história. Quando Portugal só tinha uma universidade, a Universidade de Coimbra, e isso aconteceu por quase seiscentos anos, não fazia sentido falar que a Universidade de Coimbra era regional. Depois, há cerca de cem anos, após a implantação da república, em 1910, foram criadas as universidades de Lisboa e do Porto. O país passou a ter três universidades. Aí também não fazia sentido dizer que eram universidades regionais. Para José Reis (2006), “passou-se a dizer que a universidade tinha finalidade regional, quando se criou um número significativo de universidades em Portugal”. Isso só aconteceu nos últimos trinta anos, a partir de meados de 1970.

Se olharmos, a partir do tempo histórico, para o Brasil, vamos perceber que, embora não tenhamos a mesma trajetória histórica da universidade portuguesa, alguns aspectos são coincidentes. Quando da criação das universidades no Brasil, a partir de 1920, no princípio, apenas como exemplos, a Universidade do Rio de Janeiro e, mais tarde, em 1934, a USP (OLIVEN, 1990, p. 60), também não fazia sentido dizer que essas universidades eram regionais, e por um bom tempo também aqui só foram criadas universidades nas capitais ou grandes cidades e, portanto, igualmente não fazia sentido dizer que essas instituições eram regionais. Outros exemplos nesse particular poderiam ser as universidades federais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, e assim por diante. Hoje, ainda, num país como o Brasil, não faz sentido chamar essas universidades de regionais, pois seus estudantes são oriundos das mais variadas regiões do país, porém, se analisarmos essa realidade, a partir do final da década de 1960, vemos que houve significativas mudanças nesses cenários. Por influências dos ideais políticos e da expansão da economia (milagre econômico), aumentam as pressões para a ampliação do sistema, que vai possibilitar a criação de muitas instituições com vistas ao oferecimento de educação superior. Isso, conseqüentemente, provoca mudanças, criando certa competição no mercado.

O que podemos identificar com a criação das novas universidades, é que as instituições que tinham uma característica nacional, devido à origem

dos seus estudantes, já não assumem a mesma significação. É evidente que precisamos fazer algumas distinções entre Brasil e Portugal. A primeira diz respeito ao território. Nesse aspecto, não é possível estabelecer comparações, haja vista as proporções do Brasil e daquele país. A segunda diz respeito às questões políticas de Estado. Enquanto aqui as oligarquias políticas assumem o poder, voltando suas ações para a desresponsabilização do Estado, cresce o sistema privado de educação superior (SAMPAIO, 2000) e, também, cresce o número de instituições advindas da sociedade civil, objetivando atender a demanda por educação superior que o Estado não corresponde. Em Portugal, a partir da revolução, em 1974, assume o poder um grupo de orientação mais socialista e, conseqüentemente, fortalece o sistema público de educação superior, criando universidades disseminadas em todo o território português. Aqui no Brasil, algumas universidades, embora tenham sido criadas inúmeras instituições de educação superior pelo país (SAMPAIO, 2000), ainda continuam com sua relevância nacional, como são, nesse caso, as universidades federais, algumas já anteriormente relacionadas. Em Portugal, de certa forma há, exatamente pelas dimensões do país, uma certa regionalização das universidades já existentes, como é o caso de Coimbra e Porto. Lisboa? Não. Lisboa continua sendo uma universidade com característica nacional.

## A regionalização da universidade

Para analisar a questão da regionalização da universidade, precisamos olhar para o seu entorno e observar as mudanças que ela produz, advindas dos efeitos que produz. Os efeitos são muito mais objetivos, pois são diretos, de fácil percepção. Quando existiam poucas universidades no país, os estudantes eram de procedência diversa. Hoje, com a criação de inúmeras universidades, algumas assumiram essa característica mais regional, exatamente pela forma de criação. Foram criadas em cidades menores e conseqüentemente criam, na região onde foram instituídas, impactos. Esses impactos podem se dar de diferentes formas. Um deles é pela proximidade; os estudantes não precisam se deslocar para outras regiões para estudar, isso quando a instituição cria cursos que atendem a demanda regional, pois, para José Reis (2006), “o que a universidade deve fazer, no contexto onde está localizada, é satisfazer as necessidades sociais que aí existem. Isso tanto faz, ensinando humanidades ou ensinando engenharia agrícola”. Cria novos empregos, cria relações com as empresas locais, movimentando o mercado, hotéis, restaurantes, casas de pensão, e quando desenvolve pesquisas, podem produzir um efeito ainda mais consistente em termos de mudanças social, porém essas atividades ainda são muito insipientes nas universidades que adotam políticas de mercado.<sup>6</sup>

Uma universidade que, em determinados aspectos, assume uma carac-

terística regional, não significa que no seu todo seja assim. De nenhuma forma perde o seu sentido de universalidade, pois, considerando Reis (2006), o papel principal de uma universidade está na sua produção de bens públicos e sua finalidade é sempre criar contextos. Dessa maneira, uma instituição que mesmo que tenha uma forte ligação com uma determinada região, porque ali, social e economicamente se justifique a criação de determinados cursos, não significa que não invista em outras áreas do conhecimento que tenham reconhecimento nacional e, possivelmente, internacional. Seus profissionais serão o grande diferencial para essa questão. Como exemplo para isso, poderíamos citar as universidades federais no Brasil, onde são criados cursos que possuem uma característica regional e são reconhecidos como tal, pela qualidade dos profissionais que formam e, assim, são reconhecidas nacional e internacionalmente. Outro exemplo é a própria Universidade de Coimbra onde, hoje, há uma tendência de regionalização dos seus estudantes, mas não perde a sua significação nacional, a sua história, a sua tradição.

Arriscado Nunes (2006), ao falar da regionalização das universidades portuguesas, destaca que o fator que leva os estudantes a buscar uma e outra universidade não é a qualidade, mas a proximidade:

É que as universidades estão regionalizadas. O comportamento é majoritariamente das regiões onde estão as universidades, isto é interessante, porque transformou um pouco a universidade: ter cursos com professores

com boa fama, que tem boa reputação, porque têm boa pesquisa numa ou outra área, por ter o melhor curso numa determinada área, não tem grande importância, as pessoas vão frequentar a universidade porque fica mais próxima (NUNES, 2006).

Embora haja em Portugal um sistema de distribuição de cursos, em geral, os estudantes preferem escolher a universidade que está mais próxima de casa, independentemente da sua qualidade. São raros os casos onde os estudantes escolhem uma universidade que fica mais longe.

O que se poderia dizer sobre o princípio de distribuição de vagas das universidades públicas para estudantes em Portugal, é que é um princípio nacional e não regional. Existe um código de curso e o estudante se candidata nacionalmente, porém independentemente das lógicas de classificação e distribuição dos estudantes, não há dúvidas que o impacto da universidade sobre o desenvolvimento regional vai depender da capacidade que a instituição tem de gerar consequências ou efeitos no desempenho das pessoas que saem da universidade. O desenvolvimento regional está mais relacionado com a maneira como a universidade pensa e planeja a região em que está inserida e de como ela interage com a sociedade a partir dos planejamentos. Aqui no Brasil, assim como lá, há algumas universidades que têm atividades voltadas para a promoção de certos tipos de desenvolvimentos regionais, mas, de uma maneira geral, existe pouca capacidade de envolvimento, de ligação da universidade com a sociedade regional.

Um outro fator presente na ideia de regionalização está ligado, nos últimos tempos, à lógica de autofinanciamento quando são públicas, ou à busca de receitas que vão além das mensalidades quando são privadas ou, mesmo, filantrópicas. Essa lógica leva os dirigentes institucionais a terem um discurso de regionalidade, tentando ligar-se a atividades de sua região que sejam geradoras de receitas, como, por exemplo, como atividades ligadas às indústrias, aos segmentos públicos, desenvolvendo áreas ligadas às engenharias, saúde etc. Em Portugal, há exemplos nesse sentido, como é o caso da Universidade do Minho, que fica em Braga, e que havia um distrito com importante indústria têxtil. Lá se criaram atividades na universidade associadas a esse segmento, criaram uma engenharia de produção têxtil e, mais tarde, uma indústria de vestuário. Depois, há outros lugares em Portugal, onde se criaram as escolas agrárias, com o Departamento de Estado de Agronomia, como, por exemplo, a Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro, voltadas para a produção de uvas para o vinho, como é o caso do vinho do Douro, ou o vinho do Porto. Há igualmente certas universidades, como Aveiro ou Algarve, que têm forte aposta no desenvolvimento de atividades ligadas ao mar, as chamadas “Ciências do Mar”.

Se olharmos para a nossa realidade, vamos encontrar situações muito semelhantes às portuguesas. Um exemplo é a Universidade do Contestado, em Santa Catarina. Quando da criação do projeto de universidade, foram criados cursos que visavam ao desenvolvimento

regional. Um deles foi o curso de tecnólogo em Fruticultura, mais tarde transformando-se em Engenharia da Horticultura, e agora em Agronomia. Por ter uma região favorável a essas atividades, entendia-se que a universidade poderia ter uma forte influência nesses campos, porém, de um lado, as pesquisas das empresas envolvidas com essas produções estiveram sempre à frente da universidade, não sendo possível, para a instituição, por conta dos altos investimentos, acompanhar os processos; por outro lado, como a agricultura vive momentos de muitas instabilidades, sendo difícil a garantia da sobrevivência, os estudantes manifestavam pouca procura pelo curso e, por isso, foi migrando de tecnólogo para engenharias e, hoje, a continuidade está comprometida. Ainda houve iniciativas na área da informática. No princípio da década de 1990, a informática era um segmento em franca expansão e a universidade contribuiu com a formação de profissionais para essa região.

## Os impactos regionais

Se analisarmos os projetos de criação das universidades dos anos de 1980 e 1990, pegamos como exemplo Santa Catarina, isso não significa que seja diferente em outras regiões do país, vamos observar que, na maioria dos casos, são instituídas a partir de um discurso que privilegia o desenvolvimento regional, porém, se vamos olhar, de fato, do ponto de vista de uma intervenção social mais significativa, encontraremos poucas ações que identificam essa opção. Há, sem dúvida, uma repercussão regional,



mas essa repercussão está mais relacionada ao movimento de estudantes na região, criação de novos empregos, movimento nos restaurantes, hotéis etc., o que demonstra, por um lado, o impacto da universidade numa região, mas, por outro, o que seria essencial na universidade, a produção do conhecimento, não produzem o mesmo efeito, pois os dados que analisam a quantidade e a qualidade de pesquisas realizadas (ENADE, 2010), em termos de academia, são, na maioria dos casos, pouco significativos ou representativos. Embora os discursos das universidades sejam de que devem ser um agente ativo no desenvolvimento regional, precisam estar voltadas para a região, não é muito fácil perceber essa relação. Há muitas variáveis pelo meio que fazem com que esse papel não seja muito claro, pois a universidade pode apostar em áreas em que num determinado tempo estão bem e depois podem entrar em crise. Se a instituição não tem capacidade financeira para suportar isso, no atual contexto, essa não é uma aposta muito ganha.

Nessa perspectiva, ainda olhando para Portugal,<sup>7</sup> também vamos encontrar realidade semelhante. Lá, mesmo aquelas instituições que dizem que têm forte relação com a região, como o exemplo já citado, a Universidade de Aveiro, que há algumas ligações de proximidade com a comunidade regional, enfrentam problemas. Conforme Reis (2006), “o problema é que grande parte das pessoas formadas nessas universidades acabam indo para outros lados”. Isso, de certa forma, deixa menos evidente a interferência da universidade na região.

Esse fenômeno acontece, praticamente, em todas as instituições de educação superior. Os estudantes, ao se formarem, vão em busca de seu espaço de trabalho e aí não há como definir ou prever em que região vão atuar, o que não deixa de ser um processo perfeitamente natural.

Esses fatores interferem no impacto da universidade sobre o desenvolvimento regional, tornando-o muito limitado, muito pequeno. Para Nunes (2006), em Portugal há outros fatores que também contribuem na diminuição da relação universidade/sociedade. Por um lado, é que a sociedade portuguesa é formada, a maior parte, “de pequenos empresários e esses estão pouco preocupados com a inovação”. Assim, salienta, também, “que isso tem a ver com as ideias de gestão que não são precisas nas universidades”, pois, para um país como Portugal, com tantas universidades, era de se esperar que houvesse mais articulação, embora nem sempre a culpa seja só das universidades. Na continuidade, desataca o entrevistado:

Há algumas empresas que investem em inovação tecnológica, mas não é muito claro, até que ponto as universidades, através da educação superior, têm grande influência nisso. Muitas delas têm seus próprios centros de pesquisa e a contribuição das universidades portuguesas é muito pequena. Temos, de fato, um problema muito grave com o setor privado e com os empresários portugueses, que não investem na universidade.

Comparativamente, no que se refere a essas questões de investimento, o que acontece em Portugal é mu-

to semelhante ao que acontece por aqui, isso quando estamos nos referindo às pequenas universidades, que ainda não têm muita expressão ou que ainda não criaram uma identidade de instituição cientificamente relevante, pois, hoje, há determinados segmentos empresariais, que têm forte interesse na universidade, mas só investem naquilo que lhes vai proporcionar significativos retornos econômicos.

Para Estanque (2006), se vamos buscar a regionalização ou o próprio desenvolvimento da sociedade ou do país, em nível de público, dos que procuram a universidade, seja em Portugal ou no Brasil ou, ainda, em qualquer outro lugar, isso vai obedecer a critério territorial. Territorial por quê?

sendo territorial, é ao mesmo tempo cultural, é ao mesmo tempo econômico, ao mesmo tempo tem a ver com as identidades das regiões e de cada divisão administrativa.

Nessa perspectiva, é possível entender que as universidades podem ser um elo fundamental como fator decisivo de desenvolvimento, se forem bem geridas, se forem bem enquadradas na sua região, se souberem fazer as devidas parcerias, se souberem mostrar-se instituições abertas, abertas aos outros, aos agentes econômicos, às associações empresariais, às autarquias locais, aos movimentos e organizações da sociedade civil, às empresas. Deveria haver uma relação quase capilar entre a universidade e a sociedade nos seus diferentes campos e domínios, porque, para Estanque, há aqui uma lógica de mercado, também em nível de competição entre

as várias instituições universitárias, mesmo entre as públicas, e entre as públicas e as privadas também. Continuando, salienta:

Mas essa competitividade pode ser positiva, até um determinado ponto, desde que seja bem regulada e desde que seja um fator da procura da qualidade, procura de melhor serviço.

Nesse sentido, podemos entender que a universidade pode ter um papel decisivo no desenvolvimento local, regional, nos vários domínios, não apenas econômico, mas também no plano cultural, no plano político e em muitos outros aspectos. Quando se cria uma universidade numa localidade, numa região, é uma maneira de se dar vida, é uma maneira de fixar pessoas, fixar cursos, porque ali se dá um campo de ideias, de novas alternativas, opções. Haverá ali, dependendo das relações que a instituição produzir, um espírito de desenvolvimento.

Hoje, há outro aspecto relevante, com relação à regionalização institucional universitária, que tem bastante a ver com esse contexto mais geral em que nos encontramos, que é a globalização econômica, que vem influenciando no mundo inteiro, sobretudo desde meados da década de 1980 e, de certa maneira, essa tendência ou essa dinâmica de globalização coloca ainda mais desafios importantes para as universidades e, naturalmente, para o desenvolvimento. Entendemos que o modelo de globalização, que está vigorando nas sociedades e nas economias atuais, favorece muito o poder privado dos grandes grupos e, portanto, favorece aqueles que têm van-



tagens nas condições de comercialização atual e que dominam os principais recursos, os principais meios e que têm forma de conquistar mercado. Nesse sentido, Estanque (2006) argumenta:

Essa globalização que, por um lado, pode permitir a melhoria de condições de vida em determinados países, digamos, fazer sair um pouco da miséria em que se encontram, mas, por outro, tem agravado as desigualdades, agravando as injustiças sociais e contribuindo para uma série de problemas ao nível mundial.

Esse modelo econômico tem tido uma incidência muito forte, não só sobre os países pobres, mas também, inclusive, sobre os países avançados, os países chamados do “Norte” ou do “Ocidente”. A Europa está sofrendo com isso. Portugal, bem como o Brasil, nos últimos anos, tem passado por diversas crises, como a crise industrial, crise de emprego, crise que existe no mundo do trabalho ou laboral.

Para Estanque (2006), as crises por que passa Portugal, nesse momento,

tem muito a ver com essas condições de globalização, tem muito a ver com a procura por lucro fácil por parte das empresas industriais. Portugal, em termos econômicos, até recentemente, foi, de certa forma, muito baseada numa lógica de baixo custo, uma lógica de baixos salários, de trabalhos intensivos, que eram muito mais baratos em Portugal do que seria numa Alemanha, numa Inglaterra, ou mesmo Itália ou mesmo na Espanha.

Se, por um lado, essas crises trazem fatores negativos, por outro, pode

ser positivo no sentido de que ajudam as sociedades a procurar encontrar outro tipo de resposta e procurar outras alternativas de modelos de desenvolvimento.

O critério dos baixos salários já não é mais suficiente, nessa lógica competitiva do mercado. Na ótica de Estanque (2006), isso deixou de ser critério suficiente porque:

Se Portugal paga salários baixos, os chineses têm um salário que dá 10 vezes mais baixo, ou mesmo no Brasil, ou em alguns países da África e, sobretudo, da Ásia, nesse momento.

Considerando que o contexto dos baixos salários já não se sustenta mais, especialmente na Europa, isso vai obrigar que o esforço por desenvolvimento e, sobretudo, por educação, em nível científico-tecnológico, exija um papel cada vez mais decisivo por parte das universidades e por parte das ciências, uma aposta maior nas ciências, nas novas tecnologias, na inovação e, portanto, para Estanque (2006), isso significa que,

em nível de protagonismo, do ensino e da investigação científica, das universidades, ela será cada vez melhor, e poderá ser bem sucedida desde que haja medidas, desde que haja políticas coerentes e políticas consistentes, que não mudem com os diferentes ciclos políticos, desde que haja uma visão mais estratégica para os países.

Olhando nessa perspectiva, necessariamente, temos de considerar que esse desafio passará por maiores investimentos na ciência, na inovação e na competição pela qualidade e não pelo baixo custo, e passará também por uma maior descentralização das dinâmicas

do desenvolvimento e, por isso, nesse sentido, o local e o global estão de uma certa maneira relacionados. O local vai ter que, cada vez mais, levar em conta o global, porém essa competitividade não deixa de ser, de certa maneira, conflitual. Se nesse momento há uma luta por protagonismos em todos os níveis, há uma disputa pela reafirmação identitária, os grandes conflitos do mundo passam por isso.

Estanque (2006) ressalta esse desafio da atualidade, dizendo:

Há uma luta eminente pela redefinição identitária e pela afirmação de cada um num âmbito mais vasto, e quanto mais vasto, melhor, e quando eu digo, pela afirmação identitária de cada um, de cada um, cada ator social, cada empresa, cada instituição, cada cidade, cada região.

Cada região deve procurar recuperar aquilo que tem de melhor de si próprio e de mais único, autêntico, para usar esse recurso, para usar as suas tradições, o seu artesanato, a sua cultura, o seu patrimônio, a sua história, para se afirmar perante o mundo. Isso não pode ser feito só por razões mercantilistas, precisa ser feito por razões culturais também. Pensamos, também, que seria por aí que deveríamos projetar a regionalidade da universidade. É uma forma de se contrapor à massificação da globalização neoliberal. No sentido local, as instituições universitárias reforçariam as potencialidades locais e as capacidades, as oportunidades emancipatórias de uma determinada região, de determinadas culturas localizadas e, às vezes oprimidas, às vezes desconhecidas, às vezes muito excluídas.

Para Estanque (2006), é necessário:

Saber pensar não apenas aquilo que existe, mas aquilo que potencialmente poderá vir a existir. Só desta forma é possível pensar um mundo em transformação, e tentar, ao mesmo tempo, também, assumir de certa maneira, uma leitura política destas coisas que é de acreditar que os grupos, as coletividades, as comunidades locais, os atos sociais, os movimentos sociais, procuram afirmar-se, procuram alcançar padrões de bem-estar melhores para as suas respectivas populações coletivas e certos segmentos sociais.

Nesse sentido, é a partir da institucionalização dos processos, sendo a universidade um agente comunitário, que se pode acreditar que haja forças capazes de resistir ao poder hegemônico ao poder mercantilista, que hoje dominam no mundo e abrir oportunidades, onde, atualmente, existem bloqueios, existem obstáculos, por isso o local não pode deixar de se pensar globalmente hoje. Os cidadãos agem localmente, mas, de certa maneira, influenciam globalmente. As decisões sempre são político-econômicas e sociais. Há que desenvolver uma capacidade de visão do contexto, entendendo a realidade e traduzindo para ações sem ter que se submeter a esse modelo hegemônico de globalização. Dessa forma, o conhecimento é vital em todos os níveis.

## Considerações finais

Portanto, analisando criteriosamente a relação universidade/sociedade, poderemos identificar, com certeza, muitos aspectos a serem considerados

sobre a regionalização da universidade, pois é um fenômeno que acontece, de certa forma, naturalmente. Ainda considerando a regionalização em termos da população que procura a educação superior, vemos que é uma questão que se difere ou que se coloca à frente de outra questão: qual o papel social da universidade em cada região como promotora do desenvolvimento em escala local e regional?

A luta pelo conhecimento é fundamental nesse momento histórico. As instituições precisam existir localmente para se tornarem conhecidas globalmente, assim, no que concerne às mudanças produzidas pelas influências da globalização, necessariamente precisamos nos manter atentos aos fenômenos locais para não sermos aspirados pelos fenômenos globais. Para conservar nossas identidades locais, regionais ou nacionais, necessitamos tornar nossas realidades visíveis a outros olhares, sendo essa uma maneira de nos contrapormos à lógica avassaladora dos fenômenos da globalidade. Os registros históricos são importantes para o fortalecimento das identidades, tanto individuais, quanto regionais, bem como institucionais, nesse caso, a universidade. Embora o sentido etimológico da palavra universidade signifique universalidade, ela se constitui numa das instituições responsáveis pelo desenvolvimento da pesquisa e do conhecimento locais.

Um outro ponto importante sobre a influência da universidade localmente é que essa pode desempenhar uma função distintiva quando assume, na sua região de abrangência, a função de disse-

minação de meios que possibilitem o conhecimento de novas realidades, como é caso dos meios informáticos. Os espaços eletrônicos se constituem, se bem utilizados, no grande congregador das comunicações, pois, através da internet, permitem a comunicação de muitos para muitos, possibilitando a socialização das informações ou pesquisas locais no âmbito regional, nacional e global.

Finalizando nossas análises, penso que outra contribuição importante da universidade está baseada na pesquisa. As universidades podem contribuir localmente na produção do conhecimento através das pesquisas, mas também tornando essas pesquisas acessíveis à coletividade através das publicações. Ter linhas de pesquisas, que produzam conhecimentos, descortinando as realidades locais é também importante para construção da identidade local da universidade. A pesquisa, se bem estruturada, pode produzir localmente, através da escrita, um debate em torno de determinadas temáticas, traduzindo para esse tempo/espaço as originalidades das ideias, expressando no contexto de cada texto o que outros em outros contextos disseram. Pensar o local é fundamental para descortinar novos horizontes do próprio local e quando isso se torna público, assume características globais, pois se torna possível a comparação com outras realidades do mundo dos homens, assumindo, assim, a universidade o seu verdadeiro sentido, o de universalidade, logo, se uma universidade quiser olhar para o futuro, não pode afastar-se desse propósito. Os espaços de pesquisa sobre a realidade local, necessariamente têm

de ser construídos, para que a imagem e a marca da universidade sejam institucionalizadas, tomando, sempre, a sociedade como referência, as universidades, embora submetidas a uma dinâmica de interdependência global, necessitam atender as expectativas regionais.

## University regionalization: comparisons between Brazil and Portugal

### Abstract

This text analyses the university regionalization process by comparing Brazil and Portugal. It attempts to show particularities and aspects that make possible the understanding of its influence and the local and regional significance of the institution. The study is based on bibliographic and field studies. The field research was carried out by interviewing Portuguese researchers during the author studies in the Centro de Estudos Sociais (CES), Faculdade de Economia (FE), at the Coimbra University, from November 2005 to March 2006, with the advisor Boaventura de Sousa Santos. In Brazil, the studies were carried out during the master and doctoral graduate courses, which focused the university, and also the author's knowledge acquired during 23 years of work in this area. Taking the society as reference, even though the universities are submitted to a dynamic global interdependence, they need to

think and attempt to the local/regional expectations.

**Keywords:** Brazil. Local/regional policies for undergraduate education. Portugal. Regionalization of the university. University.

### Notas

- <sup>1</sup> Em Portugal, no CES, foram entrevistados os pesquisadores: Dr. Elísio Estanque, doutor em Sociologia, desenvolvendo estudos sobre "Sociologia das desigualdades sociais e da reprodução social"; membro fundador da Associação Portuguesa de Sociologia. Como pesquisador, desenvolveu vários trabalhos, dentre os quais destacamos: *Universidade de Coimbra: desafios para o século XXI - um estudo sociológico; O perfil do estudante da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra; A sociedade portuguesa perante os desafios da globalização*. Tem vários trabalhos realizados com universidades brasileiras, entre as quais destacamos: USP, PUCSP, Universidade Federal de Paraíba, Universidade Federal do Amazonas. Dr. José Reis é doutor em Economia e professor Catedrático, coordena o Programa de Doutorado em Governança, Conhecimento e Inovação da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Feuc). Foi, entre 1999-2001, secretário de Estado do Ensino Superior. Dr. João Arriscado Nunes, doutor em Sociologia. Atualmente, faz parte da Comissão de Programa da Conferência da European Association for the Study of Science and Technology. É coordenador do Programa de Mestrado em Sociologia da Feuc; tem publicado, juntamente com Prof. Boaventura de Sousa Santos, vários trabalhos que tratam de questões, como democracia, ciência, emancipação social, desafios da universidade etc. Dr. Pedro Hespanha. Sociólogo. Professor da Faculdade de Economia de Coimbra e Membro Fundador do Centro de Estudos Sociais. Coordenador dos programas de mestrado "Políticas Locais e Descentralização. As Novas Áreas do Social" e "Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo". Tem investigado e publicado nas áreas dos estudos rurais, políticas sociais, sociologia da medicina, pobreza e exclusão social coordena o Grupo de Estudos sobre Economia Solidária (Ecosol/CES).

- <sup>2</sup> Além de Coimbra, foram visitadas as seguintes universidades: Minho (Braga), Trás-os-Montes e Alto Douro (Vila Real), Aveiro (Aveiro) e Beira Interior (Covilhã).
- <sup>3</sup> Aproveitamos desse espaço para agradecer à Capes pelo incentivo e, também, para reforçar a importância dessa instituição, para o Brasil, no que diz respeito à ampliação de oportunidades de novos pesquisadores e desenvolvimento de conhecimentos.
- <sup>4</sup> A ideia de internacionalização da universidade não é recente, nem tampouco o interesse de vinculá-la às classes econômicas politicamente dominantes no mundo. A globalização neoliberal não ficou apenas no âmbito econômico-financeiro, mas envolveu, de modo abrangente e incisivo, os campos sociais, a cultura, a ciência e os conhecimentos. Hoje, o debate sobre globalização e ensino superior se tornou um tema atualíssimo e está sendo discutido em seminários, encontros, colóquios, e conferências em diferentes países. Para ampliar essa análise sugerimos: SGUISSARDI, Waldemar; FRANCO, Maria Estela Dal Pai; MOROSINI, Marília Costa. *Internacionalização, gestão democrática e autonomia universitária em questão*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.
- <sup>5</sup> A Universidade de Coimbra foi criada por D. Dinis em 1º de março de 1290. É uma universidade medieval instituída por iniciativa Real. Em Portugal, por muito tempo, foi a única universidade. Nasceu em Lisboa, mas depois ficou conhecida como Universidade de Coimbra, por ter sido transferida para Coimbra, mesmo voltando mais tarde para Lisboa e daí retornando outra vez, definitivamente, para Coimbra onde funciona até hoje.
- <sup>6</sup> As universidades de mercado, de cunho empresarial, estão mais preocupadas com lucro. Muitas vezes ignoram ou desconsideram a necessidade de resolver ou atender demandas sociais da região onde estão inseridas. Estão mais pretensas à lógica da globalização neoliberal do que se opor a ela.
- <sup>7</sup> Em Portugal, a ideia de que a educação superior poderia estar ligada ao desenvolvimento regional, é uma ideia que está muito mais ligada à criação dos Institutos Politécnicos do que às universidades, e neste momento, segundo a nova lei que saiu, estes institutos podem atri-

buir o mesmo grau que as universidades, menos os graus de doutorados. No Brasil, hoje, há um movimento muito parecido.

## Referências

ENADE. *Senso da educação superior*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

ESTANQUE, Elísio. Universidade e compromisso social. Entrevista realizada no Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 26 jan. 2006. Entrevista concedida a Prof. Dr. Ludimar Pegoraro.

NUNES, João Arriscado. Universidade e compromisso social. Entrevista realizada no Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 18 jan. 2006. Entrevista concedida a Prof. Dr. Ludimar Pegoraro.

OLIVEN, Arabela Campos. *A paroquialização do ensino superior: classe média e sistema educacional no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1990.

REIS, José. Universidade e Compromisso Social. Entrevista realizada no Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 19 fev. 2006. Entrevista concedida a Prof. Dr. Ludimar Pegoraro.

SAMPAIO, Helena. *O ensino superior no Brasil: o setor privado*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2000.

SGUISSARDI, Waldemar; FRANCO, Maria Estela Dal Pai; MOROSINI, Marília Costa. *Internacionalização, gestão democrática e autonomia universitária em questão*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.

## Bibliografia consultada

CHAUI, Marilena. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

CUNHA, Luiz A. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

CUNHA, Luiz A. *A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era de Vargas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 1994.

KERR, Clark. *Os usos da universidade*. 15. ed. Brasília: UnB, 2005.

MORHY, Lauro (Org.). *Universidade em questão*. Brasília: UnB, 2003. v. 1

MORHY, Lauro (Org.). *Universidade no Mundo*. Brasília: UnB, 2004. v. 2

PEGORARO, Ludimar. *Terceiro setor e a educação superior no Brasil: compromisso social das fundações em Santa Catarina, o caso Universidade do Contestado*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

TRINDADE, Hélgio (Org.). *Universidade em ruínas: na república dos professores*. Petrópolis - RJ: Vozes; Rio Grande do Sul: Cipedes, 1999.